

Caixa 26
1



O ENSINO DA HIGIENE NA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL

ANTÓNIO RITA MARTINS





O ENSINO DA HIGIENE NA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL

ANTÓNIO RITA MARTINS

Prof. da Escola Superior Colonial

A criação da Escola Colonial, que o Prof. Dr. Moreira Júnior soube efectivar em 1906, correspondeu à aspiração e necessidade nacionais, duma Nação com um grande passado colonizador, que como tal continua a impor-se ao mundo.

Para a sua efectivação contribuiu grandemente a patriótica Sociedade de Geografia de Lisboa, com a profícua direcção de muitos dos seus mais ilustres presidentes, brilhantemente inspirada pelo saudoso Secretário Perpétuo, Almirante Ernesto de Vasconcelos, também professor da Escola, a quem Portugal colonial tanto ficou devendo.

*

* * *

António Duarte Ramada Curto nasceu em 24 de Janeiro de 1848, na vila de Sezimbra. Apesar de ficar prematuramente órfão de pai, auxiliado por sua virtuosa mãe, estudou em Lisboa, onde frequentou a Escola Médico-Cirúrgica, discípulo dilecto do célebre professor Magalhães Coutinho e terminou com louvor a formatura em 30 de Julho de 1874. No mesmo ano, foi nomeado facultativo do quadro de saúde da província de Angola e promovido por decreto de 14 de Outubro de 1880, a chefe do Serviço de Saúde.

Foi nomeado governador geral da província de Angola, por decreto de 4 de Março de 1897, lugar que exerceu até 18 de Julho

de 1900 e de que foi exonerado, a seu pedido, e nomeado para o cargo de subdirector geral do Ultramar, por decreto de 24 de Outubro de 1901 e director do Hospital Colonial de Lisboa e da Escola de Medicina Tropical, por decreto de 2 de Agosto do mesmo ano.

Foi novamente nomeado governador geral da província de Angola, por decreto de 9 de Novembro de 1904, e exonerado a seu pedido por decreto de 17 de Março de 1906. Por decreto de 17 de Março de 1906, foi nomeado professor efectivo da sétima cadeira da Escola Colonial, criada por decreto de 18 de Janeiro e de que foi o seu primeiro professor efectivo de higiene colonial.

Eleito deputado, em 1908, pela província de Angola, foi nomeado governador civil de Lisboa, por decreto de 11 de Janeiro de 1910, exonerado por decreto de 25 de Junho do mesmo ano e promovido ao lugar de director geral do Ultramar e secretário geral do Ministério da Marinha e Ultramar, por decreto de 16 de Junho de 1910, elevado cargo de que foi exonerado em 24 de Outubro do mesmo ano.

Louvido já nos tempos de estudante, que se fez unicamente à custa do seu próprio esforço, foi louvado vezes numerosas na sua longa e brilhante vida burocrática e agraciado com numerosas condecorações: foi-lhe concedido o título de Conselho pela inteligência e zelo com que desempenhou as funções de chefe do Serviço de Saúde da Província de Angola e pelos bons serviços prestados na direcção do Hospital «Maria Pia», de Luanda (28-7-1887); louvado várias vezes pelo seu bom senso administrativo e pelo serviço público na organização da expedição destinada a castigar o gentio rebelde do Humbe (1898); agraciado com o grau de comendador da Ordem de Torre e Espada, o mais elevado galardão daquele tempo, por ter demonstrado elevado merecimento e notável zelo na sublevação do gentio do concelho de Humpata, devendo-se à sua energia e capacidade a pacificação do gentio daquela região (3-2-1899); agraciado com a Grã-Cruz e Comenda da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição, de Vila Viçosa, pelos valiosos e relevantes serviços prestados no exercício das suas funções, como governador geral de Angola (8-2-1906), etc., etc.

Praticando sempre o bem, como verdadeiro cristão e filantropo, auxiliando os que recorriam à sua poderosa influência, foi sempre chefe disciplinado e disciplinador, competente, bom, estimado.

Dotado de grandes faculdades de trabalho, homem de método e de acção que se encontrou cheio de vida e de ideias numa colónia vasta e campo virgem onde se podiam pôr em prática as medidas atinentes ao seu progressivo desenvolvimento, soube assim conseguir em Angola o que outros, talvez mais ambiciosos ou brilhantes, não tinham obtido.

Como estudante, foi brilhante; como médico colonial, cumpridor e zeloso; como colonialista, moderno e criador, progressivo, de vistas largas; como político, foi honesto e desinteressado.

Foi director e vice-presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Faleceu em 25 de Junho de 1921.

«Foi um exemplo da vontade que sabe elevar-se pelo seu próprio esforço, tenaz e perseverante; ocupou os mais altos e honrosos cargos da administração pública, em que se houve sempre com a maior competência e zelo.

«A sua vida pode ser um modelo e um exemplo para todos os portugueses e uma lição para os colonialistas.

«A morte arrebatou-o ainda robusto, certamente vencido pela vida exhaustiva dos trópicos. Jaz lá em baixo, junto da capela de Nossa Senhora do Castelo, de Sezimbra, no jazigo de família, que mandou erigir à memória de sua santa mãe.

«Portugal perdeu nele um prestante servidor.

«A Escola Colonial perdeu um professor insubstituível, que os seus discípulos — que ele tanto gostava de auxiliar —, os seus amigos e admiradores, todos que o conheceram, jamais o poderão esquecer» — escrevemos nós «Preito de Homenagem à sua Memória, (*Anuário da Escola Colonial*, II, 1920-21).»

São estes os dados biográficos do conselheiro Ramada Curto, extraídos do Livro Mestre do Quadro de Saúde da Província de Angola.

Mas para fazer ideia justa da personalidade do conselheiro Ramada Curto é preciso estudar o momento em que se desenvolveu a sua acção, tão patriótica como honesta, e de homem do seu tempo, pois só assim se poderá fazer uma ideia precisa da grandeza e da inteligência de tal esforço em todos os campos a que se dedicou.

Foi o conselheiro Ramada Curto quem, de facto, inspirou a nomeação da Missão Portuguesa para o estudo da doença do sono

em Angola em 21 de Fevereiro de 1901, presidida pelo ilustre bacteriologista, Drs. Anibal Bettencourt e Ayres Kopke, José Gomes Rezende Júnior e Anibal Correia Mendes, a primeira missão científica europeia enviada à África para estudar a doença do sono, e por isso o ilustre chefe da missão, no discurso pronunciado no «Real Instituto Bacteriológico Câmara Pestana», de que era director, aludiu ao «ilustre titular da pasta da Marinha (Teixeira de Sousa) que justamente se pode ufanar de ter sido o primeiro homem de Estado do nosso país, que postos de parte mesquinhos preconceitos e injustificáveis obstáculos, organizou uma missão de estudo, de carácter científico, «cujo único senão reside na insignificância dos comissionados»... — palavras ditadas pela grande modéstia do sábio, que por forma alguma desvirtuam o mérito do grande esforço da missão, que foi a primeira enviada por uma nação colonial que estudou «in loco» um flagelo de que se ocupou também a Sociedade das Nações.

Este esforço e esta iniciativa, que tanto nos honram como nação colonial, foram mais tarde completados pelas missões de estudo da doença do sono na ilha do Príncipe, constituída pelos Drs. Anibal Correia Mendes, chefe da missão, António Damas Mora, Alfredo Silva Monteiro e Bernardo Francisco Bruto da Costa, que subscreveram o notável relatório de 20 de Abril de 1908, e pela célebre missão da ilha do Príncipe, presidida por B. F. Bruto da Costa e J. Firmino Santana, A. Correia dos Santos e M. G. de Araújo Álvares, que de 1912 a 1914 conseguiu a destruição radical das Glossinas (470.000), resultado este que, nunca é demais repeti-lo, não tornou a ser obtido por nenhuma outra nação colonial.

Como se compreende claramente, a inteligente acção dum distinto médico colonial ligada à de um homem de acção e dum político, na verdadeira acepção da palavra, antecipou medidas hoje de carácter internacional e deu um exemplo aos vindouros, que felizmente também nessa colónia continuaram sabendo honrá-lo.

Quanto ao ensino das especializações coloniais e à sua criação em escolas ou institutos, considerava-se então desnecessário, escusado seria dizê-lo, erradamente. E assim, ignorava-se o interesse e a importância da medicina tropical, que lá fora já era estudada em escolas especiais, e admitia-se singelamente como um dogma que o ensino ministrado nas escolas de medicina bastava para essa preparação. E que dizermos quanto à preparação dos funcionários coloniais? Os

partidos políticos e certas autoridades e influentes locais sempre preferiam certamente os seus afilhados pessoais a qualquer sobra de diplomados que significasse uma preparação que, afinal, hoje as grandes nações coloniais consideram absolutamente indispensável...

Assim desconhecia-se a necessidade do estudo da patologia exótica, hoje considerada por toda a parte uma especialidade com íntimas relações com a parasitologia, como Blanchard o notou.

O projecto de lei de Pinheiro Chagas, de 22 de Maio de 1885, caducara pela dissolução das Cortes e só passados vinte anos, Henrique de Barros Gomes o efectivou, por proposta de 9 de Julho de 1887, convertido em lei em 25 de Agosto do mesmo ano. A própria cadeira de Higiene da Escola Naval fora suprimida por Ferreira de Almeida, então ministro da Marinha, e teve que ser restabelecida por Barros Gomes em 8 de Novembro de 1897 ⁽¹⁾.

Foi precisamente o conselheiro Ramada Curto, que já então contava na sua folha os brilhantes serviços prestados à Nação no governo geral da Província de Angola, que influiu no conselheiro Dias Costa e levou de vencida a corrente atrasada, retrógrada e anacrónica, inimiga das especializações coloniais e que levou Miguel Bombarda, professor da própria Escola Médico-Cirúrgica e então presidente da Sociedade das Ciências Médicas, em sessão inaugural de 26 de Outubro de 1901 a pôr em foco a necessidade de estabelecer em Portugal a orientação que as outras nações davam ao ensino da Medicina Colonial.

Foi o ilustre médico colonial, Conselheiro Ramada Curto quem, na sessão de 9 de Novembro de 1901 informou a Sociedade das Ciências Médicas que o Ministro da Marinha estudava desde Março a fundação da Escola de Medicina Tropical, com Hospital anexo para recolher neste os soldados que regressavam doentes do Ultramar, e, não tendo lugar no Hospital da Marinha, só encontravam o triste recurso da Junta, que lhes dava licença para ares pátrios, indo para as suas terras sem conforto, sem tratamento e sem alimentação reparadores.

A proposta de 26 de Janeiro de 1902, apresentada em Cortes, veio dar corpo a estas aspirações. Os deputados de então, Drs. Con-

(1) D. António de Lencastre, «Arquivos de Higiene e patologia exótica», 1905.

selheiro Moreira Júnior, Egas Moniz e Lima Duque, associaram-se ao pensamento do Governo e a carta de lei de 24 de Abril de 1902 criou o Hospital Colonial e a Escola de Medicina Tropical, curso obrigatório para os aspirantes a facultativos do Ultramar e da Armada, que podia ser frequentado por todos os médicos, aos quais dava preferência para a nomeação de facultativos municipais.

Em 8 de Abril de 1902, o Conselheiro Dr. Ramada Curto, que de direito foi o primeiro director da Escola de Medicina Tropical, propôs que o professor Ayres Kopke fosse a França e Inglaterra estudar as Escolas de Medicina Tropical.

Foi o Conselheiro Dr. Ramada Curto quem elaborou a Carta de Lei de 28 de Maio de 1896 — até aí estava em vigor a de 2 de Dezembro de 1869, de Rebelo da Silva. Aquele diploma tinha sido tão cuidadosamente elaborado, que não foi necessário a sua regulamentação nalgumas colónias e que orientou todos os serviços de saúde de todas as colónias até 1919, em que o regime dos serviços de saúde de militar que eram passaram a civis.

Consultados acerca desta ilustre personalidade o Sr. Dr. A. Damas Mora, com a autoridade de um dos mais ilustres médicos contemporâneos, nesse momento Director da Escola de Medicina Tropical e cuja acção igualmente patriótica e esforço grandioso da mesma forma ficaram ligados em particular também à Província de Angola, disseram este notável médico e colonialista: «O Conselheiro Ramada Curto foi um homem de vistas largas. Na era clínica, que procedeu a laboratorial, considero o Conselheiro Ramada Curto a figura mais saliente dos nossos serviços de saúde coloniais».

A sua acção administrativa foi igualmente notável. Basta percorrer os diplomas e factos mais dignos de menção da administração superior de Angola; durante cerca de cinco anos, período de prosperidade que marcou a passagem deste funcionário superior pelo Governo Geral da própria província onde tinha servido e gasto a sua vida no cumprimento exaustivo das suas funções.

Começou por nomear uma comissão para elaborar o Manual do Colono. — Como poderia começar doutra forma, o ilustre primeiro professor da 7.^a cadeira — higiene colonial — da Escola Colonial?

Depois, o melhor seria reproduzirmos aqui, na íntegra, todos esses diplomas e factos notáveis, o que não fazemos por sabermos que já foram confiados a quem de direito, porque aí se encontra a

obra vasta do grande colonialista e colonizador que foi o Conselheiro Ramada Curto e que ainda hoje constituem uma lição para quem quiser estudar e promover o desenvolvimento e o engrandecimento daquela província de Angola, que, de facto, todos os portugueses anseiam por um dia ver transformada num Novo Brasil, numa Nova Pátria que consagre de novo a velha Metrópole do Infante D. Henrique, como Nação criadora de Nações.

Entre esses diplomas e esses factos notáveis, nesses cerca de cinco anos (1897-1900 e 1904-1906) encontram-se ensinamentos em todos os campos da administração pública: fundou o Hospital de Luanda, promoveu a pacificação e a ocupação da colónia, em particular o Amboim, Lunda, o planalto do Sul, etc.; coibiu as irregularidades e abusos no engajamento de serviçais; castigou, com prisão até 90 dias, os oficiais que, na ocupação, não justificassem a invasão de uma região, talando a ferro e fogo e despojando os habitantes dos seus haveres; regulamentou o trabalho dos indígenas; iniciou os trabalhos de estatística da província; reorganizou os serviços da fazenda; desenvolveu a rede de estradas e comunicações; protegeu a produção provincial do açúcar e do algodão — numa palavra, parece que estávamos em 1952!

A sua administração na distribuição e na recolha dos impostos foi notável pode escrever-se, inexcusável: restabeleceu de facto a situação financeira de Angola, e numa colónia que vivia em regime deficitário quase permanente, à custa dos subsídios da Metrópole, conseguiu saldos positivos, que, pena foi os seus sucessores não tivessem sabido aumentar e aproveitar.

Foi à custa desses «superavits» que se iniciou a construção do Caminho de Ferro de Moçâmedes.

Declinou a pasta da Marinha e Ultramar que lhe foi oferecida num dos últimos Governos da Monarquia (1910). Foi o último Director Geral do Ultramar, de que foi exonerado, em 24 de Outubro de 1910, reconhecendo-lhe os seus adversários políticos que serviu «com muito zelo e proficiência». Não lhe fizeram favor nenhum.

Em conclusão: considero o Conselheiro Ramada Curto um precursor do estudo das colónias e um colonial de rara envergadura.

*
* *
*

Em 1930, apresentou o seu actual sucessor, ao III Congresso Nacional a tese sobre «O clima da Guiné e da Índia», em cuja discussão tomou parte o Prof. Dr. Silva Teles, da então Escola de Medicina Tropical, e que mereceu o aplauso do ilustre geógrafo, Almirante Ernesto de Vasconcelos e a escolha do autor para a presidência da Secção de Física e Climatologia da Sociedade de Geografia de Lisboa.

*
* *

Proposto por unanimidade pelo Conselho Escolar da Presidência do notável escritor e historiador Anselmo Braamcamp Freire, após a publicação do meu trabalho, o seu presidente, General T. A. Garcia Rosado propôs imediatamente a efectivo o actual professor de higiene colonial, então 1.º assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa, que já então denominou «Elementos de higiene tropical», e que viu a luz com um prefácio do ilustre professor da Faculdade de Paris, Dr. Émile Brumpt.

Como devem saber, é grande e legítimo o orgulho do autor dum trabalho didáctico e, à parte pequenas coisas de uma importância mínima ao lado das restantes, nada vale como possuir um livro próprio a autenticar o nosso próprio esforço.

Devo acrescentar que este trabalho original, no que diz respeito aos climas, foi dos primeiros trabalhos didácticos que isolados, autenticaram o que o nosso próprio esforço pode conseguir.

Constituiu um dos primeiros trabalhos didácticos sobre o clima das colónias em Portugal, que tanto correspondeu à necessidade do momento que foi editado pela Sociedade de Geografia e que hoje está completamente esgotado, muito tendo contribuído para que os diplomados da Escola Superior Colonial possam continuar a corresponder às justas prescrições, tão vastas e completas, da actual Reforma Administrativa Ultramarina.

Seja-me permitido fazer abertamente o elogio desse diploma legislativo, no que diz respeito às relações do funcionalismo civil com

os indígenas. Exigiu-se-lhe a medicina que é necessária. — É aí que os *Elementos de higiene tropical* são chamados a actuar, fazem o seu dever pura e simplesmente e mais não podem fazer — porque desapareceram completamente do mercado.

*
* *
*

Em 30 de Maio de 1938, sob a presidência do saudoso Conde de Penha Garcia, realizamos a «oração de sapiência» na Escola Superior Colonial, sobre «A Doença do sono nas colónias portuguesas e estrangeiras», por pensar «que o conhecimento desta endemia colonial, ainda hoje tão grave, e tão importante mesmo debaixo do ponto de vista internacional, deve constituir objecto de estudo actualizado numa potência colonial como Portugal».

A doença do sono continua, pois, a ser, apesar de tudo, o grande monstro das colónias e a dizimar a mão-de-obra indígena nos países quentes e a nós, os portugueses, resta-nos o direito de continuarmos todos a dizer que o seu estudo é «tradicional», quer dizer, continua na ordem do dia, a preocupar o espírito dos sábios que dirigem o combate contra o grande inimigo do colono, do indígena e dos seus animais domésticos.

No activo da nossa glória, não é demais repeti-lo, temos o saneamento da ilha do Príncipe, onde o Dr. Bruto da Costa e seus colaboradores capturaram 470.000 glossinas, dando assim o exemplo n.º 1 da nobre luta, em que ainda não conseguiu dar-se o n.º 2...

Sim, terra sagrada, como a da Pátria, para todos nós, portugueses, como terra sagrada são todas as colónias portuguesas, verdadeiras províncias ultramarinas, que fazem parte integrante do território de Portugal.

Este capítulo da profilaxia e combate à doença do sono não é, por forma alguma, indiferente nem ao desenvolvimento do Império Colonial Português, nem à estrutura da nossa colonização que, através de toda a história, temos sabido emprestar-lhe, embora à custa do nosso sangue e dos maiores sacrifícios.

Envolve, ele, obrigações de ordem moral, social, política e portanto internacionais, que não podemos nem devemos esquecer e que não esqueceremos. Só assim poderemos defender-nos contra os nossos

detractores e a cobiça dos mais fortes e só assim poderemos transmitir, íntegra, aos nossos descendentes, a herança da Pátria!

E chegávamos às seguintes conclusões: A luta anti-hipnósica não é, nem pode ser indiferente à Sociedade das Nações, pois compete-lhe zelar pelo progresso económico e social das populações coloniais e, em particular, pela higiene e profilaxia das doenças endemo-epidémicas que constituem um perigo internacional, ainda especialmente quando em relação com o problema da mão-de-obra do indígena.

Por isso continua zelando pela assistência médica aos indígenas, interessando-se, em particular, pela luta anti-hipnósica, que, incontestavelmente, marca como indicador do progresso ou atraso das colónias africanas, em relação directa não só com o problema demográfico, mas também como índice de bem-estar destas populações e do avanço da civilização que inspira ou deve inspirar toda a colonização.

Quando foi da inauguração do primeiro Congresso de Medicina Tropical, em Luanda, em 1923, o Alto Comissário, General Sr. Norton de Matos, fechou o seu discurso na sessão solene, com estas palavras, que pedimos licença para aqui reproduzir: «Angola representa para nós, portugueses, e para todo o mundo civilizado, um passado de tal grandeza, que deve apagar aos vossos olhos o que falta ainda para vos receber como um país de prósperas civilizações. Foi ao longo desta extensão e tão nossa costa, do Cabo Bojador ao Cabo Frio, mais à terra mais ao largo, que tomou verdadeira forma, que entrou pelo caminho das realizações este gigantesco e formidável desígnio de descobrir novos mundos que a nossa alma nacional concebeu — Estamos a pisar terra sagrada».

O falecido Prof. Dr. Ayres Kopke foi o nosso verdadeiro patriarca do tripanossoma.

Para ter a coragem de vir remexer na cripta do grande morto, é necessário vir *por bem*. O homem que viu o *trypanosoma* e não o encontrou, o que primeiro encontrou o atoxil e que primeiro o estudou e manejou, foi o fundador desta Escola e, se ele fosse vivo, teria muito prazer em ouvir-me.

Fui seu discípulo, mas nunca o bajulei. Quando, em 1938, fiz a minha conferência, tive o prazer de receber um cartão dele, que felizmente ainda conservo e que, por isso, venho publicar hoje pela primeira vez:

«Lisboa, 29-1-1941 — Meu Ex.^{mo} Amigo e Colega Prof. Dr. Rita Martins — Agradeço penhorado a oferta que V. Ex.^a me fez da separata do Anuário da Escola Superior Colonial, que contém a importante e bem documentada oração de sapiência por V. Ex.^a proferida na sessão solene dessa Escola, em 30 de Maio de 1938. Aceite pois V. Ex.^a as minhas sinceras felicitações pelo seu notável trabalho. Sou com toda a consideração, de V. Ex.^a colega e at.^o vner. — a) *Ayres Kopke.*»

Quer dizer, o Prof. Dr. Ayres Kopke como V. Ex.^{as} vêm, vem felicitar-me porque eu disse a verdade — como sempre fiz, sobretudo nas coisas importantes e fá-lo de maneira que me cativa.

Contra a opinião do então chefe dos Serviços de Saúde da Colónia de Moçambique previmos o recrudescimento da epidemia, que, com efeito, cinco anos mais tarde, ali se manifestou de forma assustadora, com alarme das colónias estrangeiras vizinhas, o que talvez não tivesse sucedido se tivessem sido postas em prática as medidas sanitárias, que já então estavam indicadas e aconselhadas e que teriam assim evitado prejuízos de vida e materiais.

A conferência internacional sobre Tripanossomíases, de Lourenço Marques, de 26 a 31 de Agosto de 1946, — oito anos depois — teria, certamente, dito outras coisas e tomado outras resoluções e o nome de Portugal estaria assim posto a salvo, como todos nós desejamos, não é verdade?...

*
* *
*

A endemo-epidemia que causa maior número de vítimas no mundo ultramarino é o paludismo: 800 milhões de sofredores anualmente, segundo o Prof. Reiner Müller e 3.500.000 mortos de malária anualmente, são os números que vêm à frente e que não vale a pena substituírmos.

Na sua qualidade de doença infecciosa mais espalhada no mundo, não nos devemos admirar que ela também nos aflija: desde que haja *Anophelinos*, pode haver sezões (Grassi).

Nas contingências da clínica, em 1941, estava eu no Campo Grande, no posto ou dispensário da Santa Casa da Misericórdia de

Lisboa, quando despistei uma autêntica epidemia de paludismo, de que me apressei a dar conta às autoridades sanitárias respectivas.

Parece que *devia* haver *qualquer coisa*, em suma, e de facto houve, o que vou transcrever do respectivo jornal ou revista «Sezonismo» (Ministério do Interior, Direcção Geral de Saúde) de 1942, pág. 31:

«O *Sezonismo em Lisboa* — A existência de casos autóctones de sezonismo em Lisboa, não tivera ainda a devida confirmação porque a história progressa, dos doentes observados, justificava sempre a suspeição de que a origem do morbo fosse de fora da capital; todavia, a tradição clínica conservava memória de sezões diagnosticadas em indivíduos nunca saídos da cidade.

«Os Serviços Anti-Sezonáticos, desde há muito, logo que tinham conhecimento de casos de sezonismo, procuravam indagar do local originário da infestação. Entre doentes hospitalizados no Rego e outros conhecidos na clínica particular, se inquiriu da proveniência do mal que os atingia e, sempre, foi registada a estadia accidental mais ou menos demorada, em localidade onde se curtiavam sezões.

«Desde 30 de Julho de 1938 o sezonismo constitui a doença de declaração obrigatória — Portaria 9.041 — mas não consta, nos registos dos Serviços, qualquer modificação de casos ocorridos na cidade, salvo dos hospitalizados que, quase sempre, foram verificados em indivíduos regressados das terras afamadas por domínio de maleitas.

«Em fins de Julho de 1941 tratou o serviço, a pedido do respectivo clínico, duma criança residente em Linda-a-Velha e que dali nunca saiu para povoação endêmicamente suspeita de «febres». A análise feita confirmava o tipo de terçã que o clínico muito bem diagnosticara e, quando tratávamos de estudar o caso, tivemos conhecimento de outros da mesma origem — da região compreendida por Linda-a-Velha, Carnaxide, Linda-a-Pastora e Cruz Quebrada.

«O Dr. Gilberto Monteiro, médico municipal de Oeiras, em Algés, ao denunciar casos de febre tifóide e disenteria de sua observação, fez referência ao sezonismo que também havia tratado.

«Assim que nos foi dado conhecimento do assunto pelo Dr. Arruda Furtado, tratamos de averiguar quer dos doentes quer dos focos anofelíneos existentes, enquanto não organizávamos com o nosso pessoal, inquérito mais minucioso. *Entretanto* e ainda por intermédio do Dr. Arruda Furtado, *chega-nos a comunicação* particular do Dr. Rita

Martins de que na consulta, da Misericórdia de Lisboa, no Campo Grande, continuava a observar doentes com sezões, muitos da mesma família, vindo de Malpique donde quase todos nunca saíram.

«Novo rumo fomos obrigados a dar à inquirição e mais completa acção foi requerida ante a gravidade da arremetida do mal, descoberto, agora, dentro dos próprios muros da cidade.

«Foi traçado e seguido o plano que o rápido e sumário inquérito feito por nós próprios, nos aconselhava.

«Em menos de um mês tínhamos sustado o perigo imediato da expansão da epidemia.»

— «Particular»?! — porquê?...

Quer dizer, devido à nossa intervenção, sustamos o perigo e, ainda em cima, um ilustre anónimo...

Adiante...

RÉSUMÉ

I — La création de l'École Coloniale que le professeur Dr. Moreira Junior a su réaliser en 1906, a correspondu à l'aspiration et au besoins nationaux, d'une nation avec un passé colonisateur qui continue à s'imposer au Monde.

II — Pour sa réalisation la patriotique Société de Géographie de Lisbonne a fortement concouru, avec l'utile direction de plusieurs de ses plus illustres présidents, brillamment conseillée par l'estimé Secrétaire Perpétuel, Amiral Ernesto de Vasconcelos, qui était aussi professeur de l'École, et auquel le Portugal Colonial doit tant.

III — Le Conseiller Dr. Antonio Duarte Ramada Curto a eu l'honneur d'être la première personne qui a régi la discipline d'Hygiène Coloniale, avec l'autorité d'ancien directeur général de l'Outremer et secrétaire général du Ministère de la Marine et de l'Outremer, ancien gouverneur général d'Angola, fondateur de l'Hôpital de Luanda et, avec le professeur Moreira Junior, inspirateur de la fondation et premier directeur de l'École de Médecine Tropicale.

IV — Ayant été proposé, par unanimité, par le Conseil Scolaire sous la présidence du remarquable écrivain et historien Anselmo Braamcamp Freire, l'actuel professeur d'Hygiène, qui était alors le premier assistant de la Faculté de Médecine de Lisbonne a passé à l'effectif après la publication de son manuel, qui était déjà à cette occasion-là, surnommé «Éléments d'Hygiène Tropical» avec une préface de l'illustre professeur de Médecine Émile Brumpt, de la Faculté de Paris, lequel a organisé un des premiers travaux didactiques sur le climat des colonies publié au Portugal.

SUMMARY

I — The foundation of the Escola Colonial (The Overseas School) in 1906 by Prof. Dr. Moreira Junior was a national need of a Country that had a remarkable colonization activity and that on account of that still impresses the world.

II — The *Sociedade de Geografia* de Lisboa contributed for its foundation very much.

III — The first professor of the department of tropical hygiene was Dr. António Duarte Ramada Curto.

IV — The actual professor of Hygiene became a definitive professor just after having published a handbook entitled «Elementos de Higiene Tropical» «Elements of Tropical Hygiene». This book was one of the first didactical works published in Portugal about the Overseas climate.

DISCUSSÃO

DR. MENDES CORREIA — Dirige saudações ao Dr. Rita Martins, lamentando que a hora vá adiantada, não lhe permitindo espraiar-se em considerações sobre o tema da comunicação.

Informa que tem assistido, como membro do júri, a exames dos alunos do Dr. Rita Martins na cadeira de Higiene Tropical da Escola Superior Colonial. As suas impressões sobre o nível e eficiência do ensino ministrado são as mais agradáveis. Considera de indeclinável importância tal ensino para funcionários do Ultramar, como os formados naquela Escola.



Imprensa Portuguesa ★ Rua Formosa, 108-116 ★ PORTO